



## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA: Prática da Capoeira no processo de inclusão de Jovens e Adultos com deficiência**

NOGUEIRA, Marcela Fontão<sup>1</sup>; SIMEONE, Ligia Reis.<sup>2</sup>

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão Escolar

### **RESUMO**

Poucos estudos discutem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o componente curricular Educação Física para jovens e adultos com deficiência. Este relato tem por objetivo analisar os benefícios da atividade motora adaptada atrelada ao plano de AEE, além de refletir sobre a importância da Educação Física enquanto área de conhecimento no processo de inclusão destes estudantes. Participam das aulas de capoeira 6 estudantes com Síndrome de Down, 6 com Deficiência Intelectual, 1 Autista, 1 surdo e 2 com Deficiência Múltipla, com idade entre 18 e 48 anos. As aulas ocorrem uma vez por semana, com duração de 2:15h. A avaliação do primeiro semestre do plano indicou ganhos significativos no processo de inclusão dos estudantes não apenas dentro da escola, mas também nas atividades de vida diária. É possível afirmar que houve melhora da socialização e relações interpessoais, da marcha, do ritmo e da estruturação espaço-temporal. Ainda há muito o que avançar com relação a atuação direta da Educação Física no AEE, principalmente com relação a imensa diversidade de atividades motoras adaptadas que podem ser ofertadas na escola. Este relato reflete a tentativa de aproximação destas duas áreas de conhecimento, em prol de experiências escolares cada vez mais inclusivas.

**Palavras-chaves:** Atendimento Educacional Especializado, Atividade Motora Adaptada, Capoeira.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos - SP, marcela.fontao@gmail.com.

<sup>2</sup> Especialista em Arte e Educação pela Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo - SP, ligiasimeone@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou o reconhecimento de modalidade da Educação Básica através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, constituindo-se a partir de então como um direito e não mais educação suplementar. Segundo dados do PNAD em 2018 o Brasil possuía 11,3 milhões de analfabetos, o equivalente a 6,8% da população. Com relação a conclusão no ensino fundamental, 33,1% de pessoas com 15 anos ou mais não concluíram esta etapa da educação. Dentre estas, além de jovens trabalhadores, homens, mulheres, idosos, migrantes e imigrantes, estão jovens e adultos com algum tipo de deficiência. Soares (2017) aponta que considerar as especificidades deste universo tão diverso é reconhecer que trabalhar com eles não é o mesmo que trabalhar com crianças: requer espaço apropriado, material e recursos didáticos adequados, currículo diferenciado que estabeleça vínculos com suas realidades, enfatizando que outros sujeitos, demandam outras pedagogias.

Assim, o município de São Paulo oferece quatro formas de atendimento educacional a estudantes que não concluíram o ensino fundamental: A EJA Regular, a EJA Modular, o Movimento de Alfabetização (MOVA) e o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), sendo este um local de atendimento educacional exclusivo para este público.

Com relação ao atendimento de estudantes com deficiência, o Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe que é dever do Estado garantir condições para que o indivíduo tenha um sistema educacional inclusivo ao longo da vida, que proporcione igualdade de oportunidades em todos os níveis escolares e que não haja discriminação ou exclusão em função da deficiência. Desta forma, o CIEJA oferece a estes estudantes, além do acesso e permanência ao ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado no contraturno, tendo por objetivos identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Pensando nas especificidades do grupo, nas características locais e funcionamento da unidade, as Professoras de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) do CIEJA Perus I, sendo uma delas professora de Educação Física, implantaram um plano de AEE baseado em múltiplas linguagens, que inclui além do atendimento individualizado, atividades em grupo voltadas para desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo social dos estudantes público alvo da educação especial. Uma destas atividades é a Capoeira, entendida como importante prática cultural brasileira, que por sua versatilidade de elementos (música, gestos motores e historicidade) dialogam com Projeto Político Pedagógico da escola.

Este relato tem por objetivo discutir os benefícios da atividade motora adaptada atrelada ao plano de Atendimento Educacional Especializado, além de refletir sobre a importância da Educação Física enquanto área de conhecimento no processo de inclusão de estudantes jovens e adultos com deficiência.



## MÉTODOS

O plano de AEE voltado à atividade motora adaptada foi elaborado a partir dos seguintes critérios: análise individual de cada estudante, levando em consideração a importância de garantir uma prática de atividade motora regular para um grupo predominantemente sedentário e de risco e a necessidade de trabalhar de maneira contextualizada e sequencial, já que uma importante característica comum a todo grupo, é a dificuldade de abstração e improvisação.

As atividades tiveram início em março de 2019, com previsão de término em dezembro de 2019. Participam das aulas 6 estudantes com Síndrome de Down, 6 com Deficiência Intelectual, 1 com Transtorno do Espectro Autista, 1 surdo e 2 com Deficiência Múltipla, com idade entre 18 e 48 anos.

A frequência do encontro é semanal, com duração de 2:15h, equivalentes a 3 horas/aula. A primeira hora/aula é destinada ao canto dos corridos e ladainhas e a aprendizagem do toque dos instrumentos que compõem uma roda de capoeira. A segunda segue uma rotina de movimentos que se inicia com alongamento, ginga e cocorinha (gestos específicos da capoeira), passando por golpes em diferentes planos e direções, que seguem sequências didáticas específicas e de maneira estruturada dialogando entre si. Finalmente a parte final da aula é destinada à roda de capoeira, onde ocorre a junção da primeira e segunda partes da atividade, com toque dos instrumentos, canto e pessoas jogando, experimentando os movimentos aprendidos.

Por se tratar de uma atividade motora adaptada o planejamento das aulas leva em consideração as possibilidades físicas de cada estudante, principalmente no que diz respeito à relação volume x intensidade da atividade (estatisticamente metade das pessoas com Síndrome de Down tendem a ter cardiopatias congênitas por exemplo). A atividade é organizada e conduzida de maneira compartilhada pela professora de AEE e pela professora de capoeira, além de contar com apoio de um estagiário.

A avaliação do plano ocorre a partir de reuniões periódicas entre os docentes, elaboração do relatório individual e nos encontros regulares com os responsáveis pelos estudantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação do primeiro semestre do plano indicou ganhos significativos no processo de inclusão dos estudantes público alvo da educação especial não apenas dentro da escola, mas também nas atividades de vida diária, como apontado pelos responsáveis dos alunos em reunião individual.

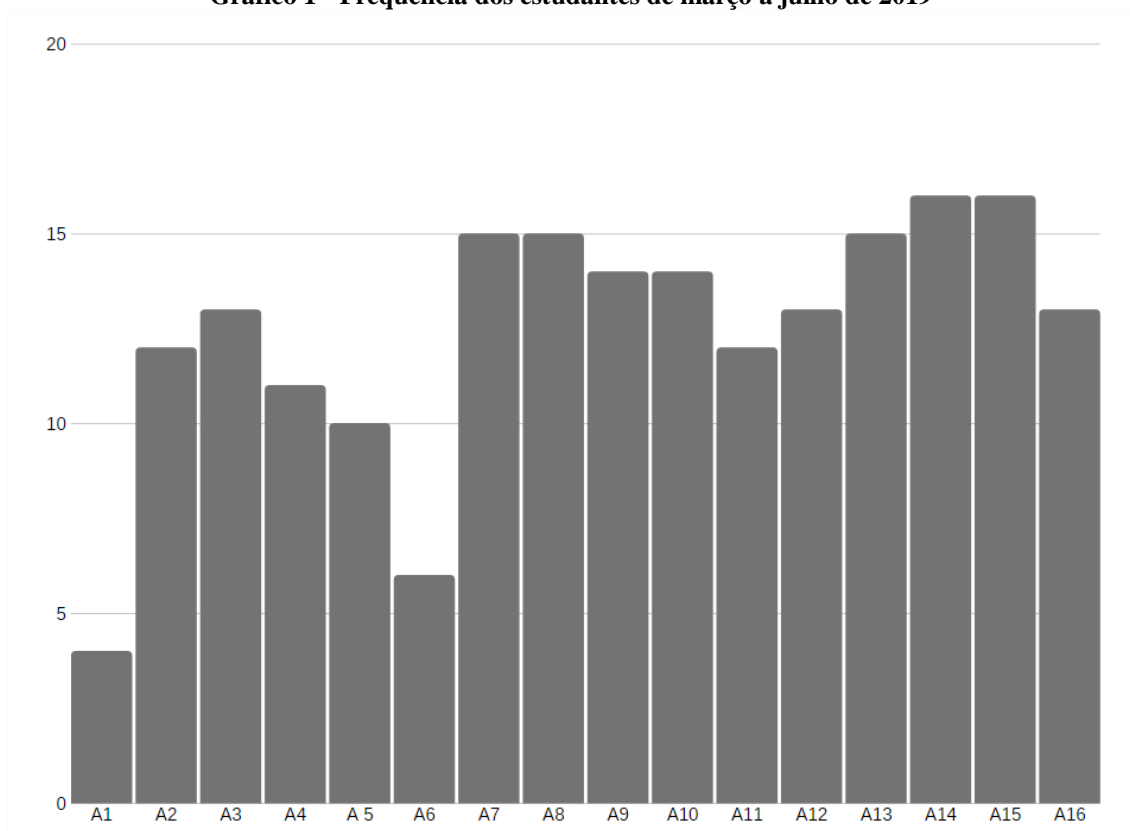
Os benefícios da atividade motora adaptada descritos na literatura, tais como: promoção da socialização, relações interpessoais, incrementos na autoestima e acréscimos no repertório motor (NABEIRO; ZONTA, 2006); avanço na mobilidade, melhora das atividades de vida diária, da autoconfiança e da percepção corporal dos alunos (BORELLA *et al.*, 2011); melhora da motricidade, dos aspectos sociais e emocionais (PINHEIRO *et al.*, 2012); níveis de coordenação aprimorados, controle de



movimentos em habilidades motoras básicas, melhora da comunicação e da socialização (PINDOBEIRA *et al.*, 2012) e ampliação do repertório motor, socialização, aumento da autoestima e melhor qualidade de vida (ROSSI *et al.*, 2012) foram identificados não apenas pelos docentes envolvidos no processo, como também pelos professores da sala regular.

Além do relato dos responsáveis e considerações dos docentes da sala regular, o indicativo de assiduidade dos alunos também tem sido utilizado como parâmetro para avaliação. O primeiro semestre totalizou 16 encontros. O gráfico abaixo indica a frequência dos estudantes no período de março a julho de 2019.

**Gráfico 1 - Frequência dos estudantes de março a julho de 2019**



Fonte: Dados das autoras

Os dados apresentados indicam que apenas os estudantes A1 e A6 possuem frequência igual ou inferior a 6 encontros e este número se dá em função do seu ingresso tardio na atividade. Como ambos iniciaram em maio, proporcionalmente suas frequências equivalem a 45% e 66% respectivamente. A média geral do grupo é de aproximadamente 13 presenças nos 16 encontros ofertados, o que significa mais de 81% de assiduidade do grupo, número muito bom levando em consideração a complexidade que envolve a vida diária de pessoas com deficiência. A assiduidade é um importante





parâmetro de avaliação, pois trata-se de um grupo de jovens e adultos que tem sua frequência à escola como condição optativa, sendo este um direito garantido pela legislação, mas não obrigatório como no caso de menores de idade.

O envolvimento dos estudantes com a atividade é perceptível também a partir dos seus relatos em outros momentos escolares, quando expressam espontaneamente o quanto gostam da capoeira. É possível afirmar que houve ganho na socialização e relações interpessoais não apenas entre o grupo de praticantes, como também com demais membros da comunidade escolar. Com relação ao desenvolvimento motor, foi possível identificar melhora da marcha, do ritmo e da estruturação espaço-temporal. O desenvolvimento cognitivo também sofreu melhoras perceptíveis, já que os estudantes conseguem lembrar os corridos e responder o coro das músicas, além de verbalizar conceitos discutidos nas aulas.

Um aspecto que abre margens ao questionamento da efetividade deste Plano de AEE é com relação a criação de uma turma grande de estudantes com deficiência, que remonta ao conceito de segregação presente nas escolas quando do surgimento das classes especiais, o que seria contraditório ao objetivo proposto inicialmente, que é o da inclusão. Ainda assim, entendemos que os benefícios trazidos pela atividade superam uma eventual estigmatização da turma, uma vez que todos frequentam a sala regular e participam de todos os eventos promovidos pela escola, sendo este um importante momento do processo de escolarização destes estudantes.

## CONCLUSÕES

Os benefícios da atividade motora adaptada para pessoas com deficiência são amplamente comprovados por diferentes estudos citados na literatura. É necessário, no entanto, que estas atividades estejam cada vez mais presentes nas escolas, espaço que recebe grande parte deste público.

Ainda há muito que avançar com relação a atuação direta da Educação Física no AEE, principalmente no que diz respeito a imensa diversidade de atividades motoras adaptadas que podem ser ofertadas na escola. Este relato reflete a tentativa de aproximação destas duas áreas de conhecimento, em prol de experiências escolares cada vez mais inclusivas para jovens e adultos com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Decreto de Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)

BORELLA, D. R. *et al.* Projeto UNIAMA: Atividades motoras adaptadas na UNIOESTE. **Revista ADAPTA**, Ilhéus, v. 7, n. 1, p. 33-37, Nov, 2011



IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2018**. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf) acesso em: 2019

LDB - Lei de Diretrizes e Bases. **Lei 9694**. 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) acesso em: 2019

NABEIRO, M.; ZONTA A, F. Z. Programa de Extensão: aprendendo como corpo d'eficiente. **Revista ADAPTA**, Rio Claro, v. 2, n.1, p.15-17, Dez. 2006.

PINDOBEIRA, E.; *et al.* Programa de atividade motora adaptada: possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física. **Revista ADAPTA**, Ilhéus, v. 13, n. 2, p. 49, Dez. 2012.

PINHEIRO, E. S. *et al.* Atividades físicas para um grupo de pessoas com deficiência intelectual. **Revista ADAPTA**, Ilhéus, v. 13, n. 2, p. 44, Dez. 2012.

ROSSI, P. *et al.* Prática de atividade física adaptada: benefícios do PROAFA/UFSCar. **Revista ADAPTA**, Ilhéus, v. 13, n. 2, p. 66, Dez. 2012.

SOARES, L. Cenários e perspectivas da EJA em Minas Gerais e no Brasil. In: SABINO, A; DA SILVA, H. **Caderno de Textos - I Encontro Mineiro sobre Educação de Jovens, Adultos e Idosos**. Belo Horizonte, 2017.